

O desmantelamento da universidade pública pelo ódio temerário ao conhecimento

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda a desvalorização do sistema universitário público do Brasil mediante temerárias práticas governamentais alheias aos genuínos interesses sociais, analisando ainda de que maneira existe uma confluência bizarra entre o ideário neoliberal e o espírito reacionário na crítica contra a universidade pública, imputada como celeiro de parasitas sociais e fábrica de militância esquerdista. Em resposta a tais impropérios obtusos, urge que se politize ainda mais a universidade pública, de modo a fortalecer seus quadros na luta pela democratização do conhecimento.

Palavras-chave: Universidade; Conhecimento; Democracia; Reacionarismo; Crise.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

Limitar uma mudança educacional às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar imagens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capitalismo é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).



Introdução

A gestão presidencial temerária, para satisfazer a sanha corrupta e espoliadora da sua cúpula criminoso de associados, subtrai para si todas as riquezas nacionais e transmite publicamente o discurso descarado de que é imprescindível que haja uma contenção das despesas públicas para que o Brasil volte a crescer conforme o sacrossanto parâmetro do mercado capitalista. Ora, a rapinagem perpetrada pelo desgoverno temerário é a verdadeira culpada pelo grande mal que assola a ordem republicana brasileira, mas, com a costumeira desonestidade discursiva do golpismo temerário, é a sociedade brasileira e suas instituições que recebem a responsabilização dos problemas estruturais nacionais, encontrando-se assim obrigada a arcar com essa dívida artificial. Serviços públicos cada vez mais degradados, desemprego estrutural que ameaça ainda

mais os que estão por enquanto parcamente empregados, desordem urbana que potencializa ainda mais a violência social, eis alguns dos traços mais evidentes da necrose temerária que assola a política nacional e promove instabilidade e incerteza existencial na população. Todavia, nesse rol de miserabilidade imposto pelo projeto golpista dos vendilhões da república brasileira encontramos ainda um ataque violento contra um dos nossos maiores bens sociais: a educação pública, laica e democrática. Projetos pedagógicos, pesquisas, planos de carreiras, incontáveis trajetórias são interrompidas graças ao regime criminoso que a gestão temerária impôs ao povo brasileiro, apático em se rebelar energicamente contra essa opressão disfarçada de tecnocracia governamental. De acordo com Franklin Leopoldo e Silva,

A ausência de um projeto político no liberalismo tecnocrático não é

acidental, é consequência da desvalorização da política, contrapartida da hegemonia da técnica. Mas há de se notar um outro efeito: a autonomia tecnocrática do neoliberal possui uma outra face que é a da alienação política, razão pela qual ele só pode participar do cenário político em condição heterônoma, de mercenário ou servidor (SILVA, 2014, p. 82).

Universidades públicas que construíram graças aos seus professores e estudantes trajetórias educacionais vitoriosas se degradam e vivem sob o signo da incerteza do futuro. Filisteus ressentidos sonham com o encerramento das atividades dessas universidades públicas para que suas excrecências pessoais tenham maior destaque. O resultado dessa violência sobre a educação será o triunfo da barbárie e da ignorância, retrocesso que não poderá jamais ser conveniente corrigido, a menos que resistências políticas corajosas enfrentem essa súcia de piratas.

Os golpes temerários contra a universidade pública

A corrupção temerária coloca em risco a permanência da universidade pública brasileira, evidenciando assim a quem essa gestão antirrepublicana está a serviço: da plutocracia, manifestada em seus diversos segmentos (empresariado, rentistas, pecuaristas). Essa relação promíscua entre o desgoverno temerário e as elites financeiras afeta a vida de toda a sociedade brasileira, mas esses infames, alheios ao bem comum, pouco se importam com esses problemas concretos. Servidores públicos humilhados por recorrentes atrasos dos seus salários e que por isso passam a viver em condições de penúria absoluta são menosprezados pelos poderes estabelecidos, que consideram isso mero desconforto material, uma

contingência sem maiores proporções. A falta de sensibilidade dos políticos e dos magistrados para com o sofrimento de inúmeros trabalhadores demonstra as bases corruptas pelas quais sustentam sua ilegítima autoridade em nossa verticalizada organização social. São os psicopatas togados que seus gabinetes assépticos coordenam os rumos do país na sua necrófila construção da ponte para o passado.

A estabilidade profissional do professor de universidade pública é fundamental para que sua trajetória acadêmica e seus projetos de pesquisa obtenham maturidade e assim contribuam para o progresso educacional de todos os que fazem parte do seu círculo de atuação pedagógica. Quando um governo corrupto e ilegítimo desinveste no setor educacional e contraria suas prerrogativas constitucionais para satisfazer as demandas antissociais do empresariado, o grande crime contra a sociedade está concretizado. A pretensão da política temerária consiste em impedir o empoderamento intelectual da população de baixa renda, de modo a mantê-la sempre submetida aos ditames dominantes do mercado neoliberal, ou seja, a perpetuação da pobreza para a maioria e o enriquecimento avultante para uma elite autocentrada, fortalecendo assim o patriarcalismo que depende de mão-de-obra barata para usufruir impunemente das benesses do capital. Segundo Christian Laval,

A educação, na época neoliberal, visa, ao contrário, à formação do assalariado ou, mais geralmente, do “trabalhador”, cuja existência parece se reduzir a utilizar conhecimentos operacionais no exercício de uma profissão especializada, ou de uma atividade julgada socialmente útil (LAVAL, 2004, p. 42).

Como a massa estudantil desprovida de recursos financeiros pode realizar convenientemente os seus estudos quando todas as condições sociais de acesso ao ensino universitário são propositalmente degradadas pela má gestão pública? Cortes das bolsas de auxílio, supressão dos bilhetes de transporte público e outros procedimentos deletérios aumentam a miserabilidade estudantil. Condições materiais desfavoráveis impedem obviamente a dedicação acadêmica dos estudantes em seus cursos universitários, pois estes não são monges cujos corpos estão alheios aos sofrimentos metabólicos. Impedimentos materiais para a frequência acadêmica não são contingências, tal como a infame opinião tecnocrática ousa enunciar.

O ódio direitista contra a universidade pública decorre da desavergonhada apologia da ignorância presente na visão de mundo dos segmentos reacionários da sociedade brasileira, avessos ao projeto moderno de formação cultural em suas múltiplas possibilidades expressivas de empoderamento e autonomia cidadã. A ignorância se reconfigura ideologicamente nesse quadro como uma virtude capital, horrenda expressão da truculência autoritária do tipo humano reacionário, incapaz de se libertar da tacanhez mental que constitui sua percepção da realidade, devota fiel do fascismo. Para a mentalidade reacionária, a universidade pública é o celeiro do parasitismo social, no qual somas vultosas seriam investidas para manter uma massa ociosa que vive através das benesses estatais. Conforme essa doentia compreensão da dinâmica social, vagabundos são financiados pelos tributos fiscais pagos pela população ativa, uma injustiça contra os setores produtivos da ordem social

capitalista, baluarte da civilização. No entanto, a mentalidade reacionária não consegue entender que, de todos os gastos públicos, o sistema universitário em sua tríade ensino-pesquisa-extensão é o que mais proporciona retorno positivo para a sociedade, pois dialoga intrinsecamente com todos os atores públicos, produzindo saberes que favorecem o progresso local, regional e nacional mediante a transmissão do conhecimento, desenvolvimento de pesquisas singulares e de atividades de extensão. Saúde, educação, indústria, comércio, cidadania, artes ou cultura, toda a vida pública prospera através da produção do saber universitário.

É digno de nota que muitos parlamentares inescrupulosos associados aos paradigmas do dismantelamento das políticas públicas de investimento social acusam a estrutura universitária de dispendiosa, quando na verdade esses parasitas políticos recebem verbas fáceis para realizar procedimentos escusos absolutamente antirrepublicanos, inclusive loteando seus mandatos para garantir a sobrevida de mandatários que merecem a defenestração dos seus cargos. Se todo o dinheiro investido para satisfazer a sanha corrupta dos políticos plutocratas fosse direcionado para a manutenção da universidade pública brasileira, esta, certamente, se encontraria no patamar de excelência de instituições altamente qualificadas do exterior. O investimento estatal na universidade pública favorece milhões de cidadãos, o investimento estatal para o financiamento da vida parlamentar, quando muito, beneficia dezenas de milhares que ganham muito para pouca produtividade em contrapartida. A conta não fecha. Portanto, não é a precária universidade pública brasileira a culpada pela bancarrota financeira nacional, mas o inchaço da máquina

parlamentar, beneficiadora de uma cúpula restrita que oferece mínimo benefício real para a sociedade, mas se arroga hipocritamente como a promotora da ordem, do progresso, da probidade e dos bons costumes.

Para eliminar essa escumalha parlamentar que faz do seu ofício político meio de enriquecimento ilícito, nada mais conveniente do que aumentar ainda mais as vagas nas universidades públicas, assim como investir maciçamente na educação de base, de modo a formarmos novas gerações de cidadãos rigorosamente dotados de consciência política e de comprometimento social, de modo a assim apoiar somente segmentos partidários comprometidos com a democracia radical, a justiça e o bem-comum. Precisamos de mais bibliotecas populares, de oficinas de teatros, salas de cinema e de instituições de ensino localizadas nas zonas periféricas das cidades, não de igrejas teologicamente duvidosas que servem para lavar dinheiro criminoso e explorar a fé de crentes miseráveis. Para eliminar a ignorância reativa das bancadas ruralistas, fundamentalistas, militaristas e asseclas afins, o conhecimento é uma arma de grande impacto, não prescindindo, todavia, da ação multitudinária nos espaços públicos. Cada vez mais os disparates dos segmentos parlamentares avessos aos princípios sociais da democracia estimulam a contraposição violenta das massas populares insatisfeitas com esses desmandos, e talvez a grande explosão social não tarde a ocorrer.

O filisteu reconfigurado modernamente sob as vestes do tecnocrata utilitarista não consegue compreender a dimensão educacional sem as amarras imediatistas do mercado. Para o filisteu, somente o conhecimento que sustenta

epistemologicamente a produção capitalista é pertinente, daí sua sôfrega valorização pelo saber funcional, destituído, todavia, de substância crítica, reflexiva e formativa. Vejamos as colocações de Derrida:

Tem a universidade por missão essencial produzir competências profissionais que podem, às vezes, ser extra-universitárias? Deve a universidade assegurar em si mesma, e em que condições, a reprodução da competência profissional formando professores para a pedagogia e para a pesquisa, em respeito a um determinado código? (DERRIDA, 1999, p. 152).

O estúpido filisteu é incapaz de compreender que o conhecimento não pode ser quantificado matematicamente, e que toda avaliação qualitativa do saber é subjetiva, imensurável. Justamente por esses fatores o tacanho filisteu desvaloriza o discurso filosófico, por ele imputado como improdutivo. Na era tecnocrática perpetua-se a ideologia de que somente as pesquisas acadêmicas que tenham rentabilidade e retorno imediatos para a sociedade possuem validação genuína, enquanto atividades reflexivas, pretensamente desvinculadas da prática concreta, devem receber menor investimento financeiro dos órgãos públicos. Tal como exposto por Christian Laval,

De modo mais geral, abre-se um novo campo de acumulação do capital, com a transformação das universidades em indústria de produção do saber eficaz. A produção dos conhecimentos e o próprio saber são, doravante, modelados pelo “capitalismo universitário” (LAVAL, 2004, p. 33).

O funcionário público, no imaginário social brasileiro, é o bode expiatório dos problemas nacionais, sendo usualmente

acusado de burocratismo, fisiologismo, clientelismo, autoritarismo e até mesmo de procedimentos corruptos. Essa estigmatização não pode de modo algum ser generalizada, pois corre-se o risco de cometer injustiças em relação aos que agem de modo probo em suas funções públicas, assim como não podemos considerar que todos os policiais, políticos, direitistas, empresários e magistrados são desonestos, plutocratas, assassinos. Depositar a responsabilidade da crise financeira brasileira nos servidores públicos de carreira é uma vilania, quando sabemos que a elite parlamentar e a casta judiciária exigem muito mais erário público para a manutenção dos seus ofícios.

Usualmente se afirma que os concursos públicos são fraudados, verdadeiros jogos de cartas marcadas para se satisfazer os interesses dos amigos das lideranças acadêmicas. Obviamente tais situações ímprobos eventualmente ocorrem nesses concursos e devem ser eliminadas, mas não são exclusividade das universidades públicas. Diversas instituições de ensino privado contratam professores não por seus méritos intelectuais, mas por coleguismo entre os pares. Não é o melhor currículo que ganha o processo seletivo, mas o “quem indica”, jogando-se ao nada toda isenção avaliativa. Nessas condições, a apregoada gestão técnica da coisa privada é uma mentira. Diversos professores academicamente qualificados usualmente são preteridos por outros que possuem o capital social fundamental: amizade com os mandatários dos cursos.

Não são as instituições de ensino de fomento privado que promovem as inovações em pesquisa e extensão no Brasil, mas as universidades públicas, providas de um projeto intelectual para

além das demandas utilitárias do mercado (que raramente são convenientes para o bem-estar social). As instituições privadas de ensino superior, grosso modo, apenas visam aumentar a cada semestre suas margens de lucro, espoliando os professores para que flexibilizem seus direitos profissionais e fazendo dos estudantes meros consumidores fiéis (desde que não sejam inadimplentes). Universidade pública visa promover a cidadania pela educação, instituições privadas de ensino são empresas que fazem do conhecimento um produto a ser vendido. A indagação de Derrida é muito pertinente:

Em que medida a organização da pesquisa e do ensino deve ser sustentada, ou seja, direta ou indiretamente controlada, digamos de maneira eufemística “patrocinada”, visando a interesses comerciais e industriais? Sabemos que, dentro dessa lógica, as humanidades são com frequência reféns dos departamentos de ciências pura ou aplicada que concentram os investimentos supostamente rentáveis de capitais estrangeiros no mundo acadêmico (DERRIDA, 2003, p. 21).

Poucas instituições privadas de ensino são comprometidas com a formação educacional regida pela autonomia crítica do estudante, exigindo-lhe disciplina, maturidade existencial, aderência ao conhecimento. De nada adianta boas instalações institucionais se a qualidade do ensino é mitigada para agradar aos interesses clientelistas de estudantes que somente pretendem obter o diploma de graduação sem qualquer consideração com o saber adquirido (quando este é adquirido, nessas circunstâncias). Nas instituições de ensino regidas pelos imperativos mercadológicos, bom professor é o que agrada o narcisismo autocentrado dos

estudantes, satisfazendo suas demandas infantis e, para tanto, não pode ser intelectualmente exigente nas suas avaliações. O ensino privado concretiza a ideologia neoliberal de que o freguês sempre tem razão. As relações sociais não são entre professor e estudante, mas entre vendedor-servidor e consumidor, na qual esse não pode ser contrariado em suas volições. Não é de se estranhar se porventura um aluno revoltado processar um professor por uma eventual reprovação acadêmica, pois seu “direito” adquirido pelo pagamento da mensalidade foi “violado” pelo inoportuno docente. Cleon Cerezer e José Outeiral apontam que,

Na atualidade, um novo valor de competência profissional é a habilidade de readaptação rápida aos contextos. A rapidez exigida nesse processo é proporcional ao não questionamento das atitudes necessárias para a manutenção do lucro das empresas, inclusive “as da educação”, pois isto cada vez mais também é visto e tratado como mercadoria (CEREZER & OUTEIRAL, 2011, p. 43).

A universidade pública brasileira nasceu como um projeto elitista para satisfação das demandas educacionais da sociedade abastada, mas se reconfigurou democraticamente no decorrer dos anos como um espaço intelectual de inclusão das diferenças, de afirmação das trocas culturais e da ascensão dos grupos sociais que permaneceram por longa data marginalizados. Muitas realizações fundamentais ainda são necessárias, mas vigora a certeza de que o caminho trilhado é justo e conveniente para o desenvolvimento da educação emancipadora. Contudo, esse paulatino sucesso desagrade ao reacionarismo social, desejoso pela manutenção do hiato entre a elite plutocrática e a massa

desprovida de acesso aos bens culturais. Para muitos herdeiros do sistema patriarcal, a entrada na universidade pública de negros, quilombolas, índios, pobres, LGBTT, suburbanos, periféricos e claro, mulheres, se configura como um grande avilte contra a dignidade do sangue elitista, que agora corre o risco de perder sua hegemonia triunfal, conquistada historicamente pela subjugação de todos aqueles imputados como inferiores. O sucateamento da universidade pública é assim um grande delito contra a educação, desmonte ao serviço dos interesses da iniciativa privada, sempre favorecida pela ação inescrupulosa de um governo antidemocrático, estelionatário e corrupto.

A universidade é o espaço intelectual da liberdade de pensamento, da heurística, da criatividade, da inovação, do debate, qualidades que pressupõem a disposição democrática para a construção do saber em bases horizontalizadas. Práticas instituições autoritárias ainda persistem nas instituições públicas, sintoma da necessidade de se reformular radicalmente toda nossa estrutura universitária, de modo a se depurar em curto prazo todos esses traços reativos contrários ao caráter emancipatório e democrático do saber. Para Edgar Morin

A universidade deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão transecular de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o que não passaríamos de máquinas de produção e consumo (MORIN, 2002, p. 82).

Temas como direitos humanos, estudos das relações étnico-raciais, homofobia, misoginia, inclusão social e muitos outros afins devem fazer parte das grades curriculares de todos os cursos universitários, mesmo os mais

tecnicistas. Afinal, de nada adianta a ciência sem consciência crítica acerca dos nossos problemas sociais. Contudo, essa mudança estrutural somente ocorrerá quando a própria sociedade brasileira vivenciar em suas bases orgânicas uma similar experiência de democratização, pois o sistema universitário reflete as contradições fundamentais da esfera social, marcada pela opressão elitista sobre as classes subalternas, pela legitimação ideológica da plutocracia, pelo clientelismo, pelo autoritarismo. Quanto mais se debater corajosamente esses problemas, mais poderemos superá-los. No âmbito universitário, talvez uma das formas mais razoáveis de se ratificar o processo de democratização institucional seja o diálogo isonômico entre docentes e discentes para que ambos debatam a viabilidade e a pertinência dos conteúdos pedagógicos, os rumos acadêmicos e as políticas departamentais, de modo a se estabelecer efetiva comunhão entre as duas instâncias, muitas vezes compreendidas como antagônicas quando as relações acadêmicas são ideologicamente burocráticas e autoritárias. Conforme Moacir Gadotti,

A liberdade é condição essencial para que a universidade possa desempenhar seu papel social de elaborar a cultura e o conhecimento científico ao mesmo em que é a consciência crítica da sociedade, porque essa atividade só pode existir sem medo (GADOTTI, 1987, p. 122).

Psicopatas herdeiros dos horrores ditatoriais consideram que as universidades públicas são espaços de doutrinação ideológica esquerdista, mas esses próprios obtusos escamoteiam o fato de que somente são contrários aos discursos associados aos fundamentos axiológicos da esquerda e suas pautas

políticas emancipatórias. Se um professor defender a violação dos direitos humanos, fizer apologia da tortura, da misoginia, da homofobia, da xenofobia, do militarismo ou do racismo não haverá, para o direitista autoritário, nenhum problema. O inferno são os outros.

Organizações obscurantistas tais como Movimento Brasil Livre ou Escola sem Partido não possuem nenhuma legitimidade intelectual para ousar interferir na difusão do conhecimento nas instituições universitárias, pois são elementos estranhos ao saber plural e democrático. Seus histriônicos sectários acusam os professores de proselitismo e de doutrinadores políticos de esquerda, quando em verdade são os agitadores desses quadros irmanados com o fascismo que de fato se associam ao proselitismo e ao doutrinamento ideológico, pois defendem despudoradamente os parâmetros neoliberais do livre-mercado, da privatização da coisa pública e a estigmatização da esquerda como o mal antiprogressista por excelência. Esses gêmeos siameses financiados por partidos fisiológicos de direita exigem neutralidade pedagógica, mas desconhecem estultamente que não existe qualquer forma de neutralidade na realidade, e que a própria luta por neutralidade já é uma tomada de posição. Os ideólogos do Movimento Brasil Livre e da Escola sem Partido só existem para depreciar o ensino público brasileiro, a pretensa apologia de esquerda operada pelos professores, a “contaminação ideológica” dos currículos por pautas progressistas ou a sindicalização docente, mas nada fazem para denunciar as condições estruturais adversas nas quais se encontram as escolas e universidades brasileiras, os atrasos criminosos dos salários dos servidores graças aos desgovernos

corruptos, as dificuldades estruturais vivenciadas pelas populações faveladas em manter assiduidade na frequência das aulas (quando consegue se matricular em uma instituição de ensino). Acredito que os históricos seguidores desses grupelhos sofreram grandes traumas pedagógicos nas suas formações educacionais deformadas, pois o que pretendem com suas práticas espúrias é acabar com a educação brasileira. Talvez esses filisteus tenham algum fetiche secreto pelo paredão.

Deixados por si sós, o Movimento Brasil Livre e a Escola sem Partido morreriam de triste inanição graças aos seus respectivos disparates contra a inteligência crítica, mas o problema capital é que existem legiões de seguidores na sociedade brasileira que, por ranço ideológico contra discursos divergentes, por ingenuidade acéfala, por estupidez ou mesmo mau-caratismo, não se envergonham de legitimar essas bobagens na vida prosaica, permitindo assim a entrada dessas escórias obscurantistas no sistema de ensino. Por conseguinte, a realidade educacional cada vez mais se encontra sob o risco da mordacha, tal como uma reconfiguração horrenda das práticas inquisitórias ou mesmo do macarthismo. Nem sempre as armas da razão prevalecem sobre a barbárie truculenta da ignorância, então meios mais concretos de resistência aos apelos fascistas são necessários para que se encerre tais atividades obscurantistas que impossibilitam o florescimento da democracia radical. Caso similar ocorre nas carreiras dos parlamentares apólogos das ditaduras militares, das práticas de tortura, do estupro, das ações exterminadoras das forças policiais contra a delinquência social: esses animais políticos são como cães que ladram, mas não mordem. Essas figuras caricatas são ignominiosas por enunciarem discursos de ódio em

prol da adesão de eleitores sintonizados com essas insanidades medonhas, mas se fossem consideradas isoladamente, não obstante suas estapafúrdias, pouco mal-estar social cometeriam. Contudo, seus discursos demagógicos são extremamente férteis para as mentes reacionárias que reconhecem nessas vozes discordantes um som identitário que coaduna com suas próprias ideias doentias, reprimidas, no entanto, por sua característica impotência moral, mas que, legitimadas ideologicamente pelas emissões dos mestres fascistas, efetivam as ações destrutivas intuitivamente pressupostas por estes.

A horda reacionária que atenta contra os direitos humanos, que sustenta ações misóginas, agressões contra a comunidade LGBTTT nada mais é do que a extensão física do discurso fascista dos parlamentares direitistas descompromissados com os parâmetros democráticos. O grande problema sociopolítico de nossa conjuntura comunicacional virtualizada é que a pequenez do homem-mediocre encontra nas redes sociais guarida para suas sandices, cultivando assim um clã de seguidores ignorantes que repetem chavões reacionários e, tanto pior, colocam em prática suas táticas fascistas de violência contra as manifestações da diferença, na vil certeza da impunidade, já que o sistema judiciário brasileiro usualmente legisla em favor do patriarcalismo e seus congêneres antidemocráticos. Por isso as universidades públicas são os espaços de resistência ao reacionarismo em que todos os grupos sociais oprimidos pela degenerescência fascista encontram a identificação do seu poder político de resistência e assim são capacitadas a lutar contra essas forças sórdidas. A socialização radical da educação é, nessas condições, uma das barreiras contra a barbárie

Considerações finais

A universidade pública brasileira é um dos baluartes da democracia social, e dos seus espaços de produção do saber nasceram as vozes de resistência ao autoritarismo incrustado em nossas instituições patriarcais e clientelistas caracterizadas historicamente pela aversão ao progresso cultural e científico. O ódio fascista ao saber decorre justamente da compreensão de que o poder do conhecimento é um instrumento capaz de desbaratar as bases sórdidas desse sistema necrófilo que vislumbra o silêncio, a apatia, o conformismo e a resignação das massas sociais para que uma elite plutocrática e psicopata se beneficie perpetuamente. Porém, sabemos que as armas da crítica não prescindem da crítica das armas, e para que os setores reacionários da sociedade brasileira sejam neutralizados é fundamental a associação irmanada entre o conhecimento e a prática política, esclarecendo e mobilizando ambas as esferas simultaneamente. Por isso urge que a estrutura universitária brasileira seja depurada dos seus elementos antidemocráticos ainda vigentes, em uma revolução cultural na qual o saber é retirado do seu altar sacralizado e passa a se tornar um bem comum que empodera aqueles que primam pela democracia radical em sólidas bases sociais. Segundo as indagações de István Mészáros,

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos

de comportamento dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

Governos corruptos alinhados com a plutocracia empresarial conseguem prejudicar por alguns períodos o progresso da vida universitária, mas são no fundo decadentes elementos oligofrênicos e impotentes diante do poder do conhecimento associado ao plano da ação política, que defenestra da ordem social esse conluio de salteadores. Por conseguinte, a resistência de toda a comunidade universitária perante a precarização imposta pelo corrupto choque de ordem neoliberal e pela espoliação temerária da democracia é um dever político contra a barbárie.

Referências

- CEREZER, Cleon & OUTEIRAL, José. **Autoridade e mal-estar do educador**. São Paulo: Zagodoni, 2011.
- DERRIDA, Jacques. **O Olho da Universidade**. Trad. de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- _____. **A Universidade sem condição**. Trad. de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1987.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Ed. Planta, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, repensar o pensamento**. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. **Universidade, Cidade, Cidadania**. São Paulo: Hedra, 2014.